

ANÁLISE DOS PARADIGMAS HISTÓRICOS DO SÉCULO XIX (POSITIVISMO, HISTORICISMO E MARXISMO).

IGOR I. C. LIMA¹
AGENOR SOARES E SILVA JÚNIOR²

Resumo: O século XIX é marcado por acontecimentos muito importantes que repercutem no amadurecimento da História como ciência. Da grande influência do pensamento de Auguste Comte, em 1830, que se destacou na formação das Ciências Humanas com um caráter universalista, nomeado por Positivismo; o Historicismo alemão que já surgira na entrada do século XIX, mas que teve seu auge na segunda metade deste século; e, por fim, o Materialismo Histórico Dialético e a luta de classes, uma nova visão histórica, proporcionando uma perspectiva revolucionária por Karl Marx e Friedrich Engels. Ademais, caberá incorporar a historiografia científica e seus vínculos à disciplina escolar brasileira como discussão final, servindo também para orientar a disciplina de Teoria e Metodologia da História I, da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Palavras-chave: Positivismo. Historicismo. Materialismo Histórico. Historiografia.

Abstract: The 19th century is marked by very important events that affect the maturation of history as a science. From the great influence of the Comte's thought, in 1830, who stood out in the formation of the Human Sciences with a universalist character, named Positivism; the German Historicism that had already emerged at the beginning of the 19th century, but which reached its peak in the second half of this century; and, finally, Dialectical Historical Materialism and class struggle, a new historical vision, providing a revolutionary perspective by Karl Marx and Friedrich Engels. In addition, it will be necessary to incorporate the scientific historiography and its links to the Brazilian school discipline as a final discussion, also serving to guide the discipline of Theory and Methodology of History I, at the State University of Vale do Acaraú.

Keywords: Positivism. Historicism. Historical materialism. Historiography.

Introdução.

Para o desenvolvimento deste artigo³, tem-se como proposta uma análise dos paradigmas históricos que norteiam a disciplina de Teoria e Metodologia da História I⁴,

¹ Graduando em História – Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, e monitor da disciplina de Teoria e Metodologia da História 1 do semestre 2020.1, coautor do presente artigo – igoriury123@hotmail.com

² Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF, e Professor Adjunto da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Professor da disciplina de Teoria e Metodologia da História 1 do semestre 2020.1, orientador e coautor do presente artigo – historiagenor@uvanet.br

³ Gostaria de deixar registrado meus agradecimentos à uma grande amiga e artista sem a qual não teria sido possível desenvolver o presente artigo, Suzanny S. Souza. Foi através dela, que tive as condições e incentivos necessários para meu crescimento e amadurecimento dentro do curso.

⁴ Aqui analisaremos a disciplina de Teoria e Metodologia da História I, que integra o rol de disciplinas da grade curricular do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, no qual fui monitor, disciplina ministrada no segundo período.

no qual traz em sua ementa os estudos do Positivismo, Historicismo e o Materialismo Histórico Dialético, objetivando inserir o discente no universo teórico enquanto componente necessário no fazer-se do licenciando, na construção do historiador, proporcionando uma iniciação epistemológica àqueles que tem, até então, a experiência de uma educação histórica escolar. Nesse processo, apresenta-se uma necessária “ponte”, ou uma transição no campo do conhecimento que leve os alunos a pensar de que forma a História é, e foi, “construída” ou inventada, como provoca o historiador Durval Muniz,⁵ como as narrativas são estabelecidas, assim como os campos em que esse conhecimento estabelece diálogos e por eles é influenciado, utilizando o termo invenção a partir de mudanças paradigmáticas ocorridas no saber histórico nos últimos anos. Os usos do passado têm suas trajetórias, seus itinerários, localizados em tempos e espaços específicos, em campos políticos e sociais que se engendram em disputas que devem ser bem compreendidas pelos formandos dessa ciência da História. Para isso, a referida disciplina – que sucede as de Introdução aos Estudos Históricos e História e Interdisciplinaridade –, “transporta” os alunos ao século XIX no momento da sistematização das ciências, através de discussões sobre processos metodológicos profundamente influenciados pelas filosofias francesa e alemã, construindo a ciência num ambiente de embate entre a tradição metafísica e a hermenêutica. Compreender as rupturas que se processavam exigia dos intelectuais um “novo” diálogo com o passado; tal movimento fornece um horizonte de possibilidades para que os iniciantes na História compreendam as bases da História como conhecimento científico.

Em um contexto de transformações em que a História não passa imune, de uma narrativa literária ou filosófica para o caráter científico, a disciplina de Teoria e Metodologia da História I, pretende iniciar os discentes nos conhecimentos produzidos pelas escolas históricas, na construção de discursos do método histórico e as diferentes repercussões nas maneiras de entender e escrever a história; em novas relações estabelecidas com Clio, numa perspectiva agora pluralizada, abrindo-a para enfoques, acontecimentos, métodos e procedimentos diferenciados.

⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A arte de inventar o passado**: ensaios de teoria da História. Bauru-SP: EDUSC, 2007.

Capitaneado pelo que se convencionou a chamar de positivismo, uma doutrina filosófica, sociológica e política que promoveu o culto à ciência, o mundo humano e o materialismo em detrimento da metafísica e do mundo espiritual, busca-se apresentar os movimentos de mudanças da História no século XIX; passando também pelo historicismo, com seu ideal em estabelecer as diferenças entre o homem e a natureza, entre as ciências naturais e ciências humanas; e com o materialismo histórico, corrente teórica que estuda a história por meio da relação entre a acumulação material e as forças produtivas. Esses estudos pretendem ampliar os conceitos dos graduandos em história, fazendo-os perceber outras dimensões e complexidades que envolvem o “fazer história”, num processo que se deve compreender melhor as ideias e os tempos históricos nos quais são pensados e debatidos no campo científico. Assim, discutir-se-ão com maior ênfase como esses modelos podem apresentar aspectos em relação ao ensino de história, com base nos estudos de Circe Bittencourt⁶ e o papel atual da disciplina de História como disciplina escolar. Para isso, inicia-se o estudo através das escolas que prepararam a História para fazer parte do panteão da ciência.

Um Pouco Sobre a História e a Ciência.

Hoje o tempo voa nas asas de um avião
Sobrevoa os campos da destruição
É um mensageiro das almas dos que virão ao mundo
Depois de nós
(Engenheiros do Hawaii – Depois de nós)

A letra da música da banda gaúcha Engenheiros do Hawaii que serve de epígrafe, remete a um pensamento que Gustav Droysen já escrevera no século XIX sobre a necessidade do conhecimento histórico: “o trabalho da história permite ao homem reconhecer ‘no suor de seu rosto’ aquilo que ele é por suas aptidões naturais e, ao torna-se o que é, ao passar a se reconhecer; ele faz do *genus homo* o ser humano histórico, ou seja, ético”.⁷ De tal modo, entende-se a história vinculada ao tempo, como mensageira das experiências e da vida humana; entretanto, alguma vez, enquanto jovens aprendizes, surge a questão: afinal, o que é História? Ouve-se inúmeras ideias,

⁶ BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História, fundamentos e métodos*. SP: Cortez, nº.2, 2008.

⁷ DROYSEN, J. Gustav. *Manual de Teoria da História*. Petrópolis RJ: Vozes, 2009. p.64.

conceitos dentro, e fora, das salas de aula, expressado de maneira corriqueira no dia a dia, sem nenhuma pretensão a questionamentos, chegando, por vezes, a utilizações de forma banalizada. Afora essas questões, quando se vivencia o espaço acadêmico, aflora outro questionamento: o que é a ciência, ou melhor, o que vem a ser o conhecimento científico? Essa indagação terá mais sentido posteriormente. Igualmente, não se interroga sobre isso e sua importância, quando muito, talvez, imagina-se algo extraordinário a seu respeito, mesmo que isso chegue aos pés da famosa ideia ficção científica. Trazem-se esses pontos, antes de tudo, para poder abrir os próximos tópicos com mais clareza.

Há pouco mais de meio século foram as palavras de Marc Bloch que expressaram, de maneira genuína, mas não original, a junção desses conceitos, pois a História é, segundo ele, a “Ciência dos homens no tempo”,⁸ em contraponto ao pensamento inicial, segundo ele vago, de que a História seria retratada como ciência dos homens. Assim, propõe uma abordagem da história não mais limitada por fatos e documentos, datas e todo tipo de erudição documental prevista pelos intelectuais do século XIX. Busca primordialmente a problematização e a construção do fato histórico, em detrimento do estudo do passado apenas pelo passado.

Durante uma narrativa, ou mesmo que seja um conto de fadas que fale sobre uma sociedade de gnomos – histórias fictícias –, a história retrataria as personagens com características humanas, seja a comunicação específica, as atitudes, a subjetividade e etc. Por tratar das coisas humanas foi essa característica que o conceito de história, e suas variantes, adquiriu desde a antiguidade, seja na arte, seja nas obras de cunho político ou cultural. Assim, para todos os exemplos pensáveis, veremos que a História – mesmo pensada como narrativa literária, fictícia ou, até mesmo nos mitos –, retrata os, processos, as relações e características humanas, desde os mitos de origem às Filosofias da História, até a ciência propriamente dita, como a ideia da relação dos homens no seu tempo.

Nesse sentido, vê-se o conceito como histórias, no que concerne à uma pluralidade de histórias, e o conceito História como coletivo-singular, se referindo a

⁸ “‘Ciência dos homens’, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: ‘dos homens, no tempo’” BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. RJ: Jorge Zahar Editor. 2002. p.55.

todas as histórias como ligadas em uma única. Toda essa construção histórica é fruto de experiências do momento em que ela é pensada, em que é vivida. Contudo, como tem-se falado, é o ponto em questão, pois ao se olhar para Heródoto, por exemplo, ver-se-ia que o significado de “história” estaria relacionado a investigação, mas não necessariamente sobre a vida humana.⁹ Do mesmo modo que se analisa o conceito durante o início da era moderna, ver-se-ia como ele divide em três gêneros “*Historiae, id est, verae narrationis tria sunt genera: humanum, naturale, divinum*”,¹⁰ em outras palavras, o seu significado se manifesta de forma “maleável”, servindo ao tempo em que é (re)tratado e aqueles que a abarcam, já que várias compreensões deste conceito coincidem em ter algumas semelhanças, sem considerar, ao menos de passagem, toda a historicidade dessas relações.

Por fim, é apresentado para os discentes que a História, como ciência, se desenvolve em um plano mais complexo, mesmo que o conceito se ligue em síntese, às coisas humanas. A partir então, questiona-se: como é que a História funciona como ciência? A disciplina contempla a ideia de que o conhecimento científico se modela a partir de metodologias e teorias que são constantemente expostas a condições que possam refutá-las, pois, assim, mostra sua sustentabilidade na medida que estas venham a dialogar com contrapontos falhando ou não. Logo, uma teoria se resume em modos de ver o objeto de estudo, enquanto a metodologia em modos de fazer o estudo; logo, ambas se completam na produção científica, podendo ser verificadas. Assim torna-se diferente das visões culturais, religiosas e artísticas do mundo.¹¹ A importância da História científica se fundamenta na vida em sociedade, pois, segundo Droysen, “A História é o saber da humanidade de si mesma, a certeza de si mesma” e, a partir de sua autoconsciência ela pode resolver seus conflitos.¹² Portanto, o dever de fundamentar o mundo ético baseado em uma verossimilhança com o que teria se passado de fato –

⁹ Ler BOURDÉ. Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2018. Cap. 1.

¹⁰ “História, é a verdadeira narrativa de três tipos: a humana, natural, divina”. KOSELLECK, Reinhart. **Conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.171.

¹¹ BARROS, José D’Assunção. **Teoria e Formação do Historiador**. Petrópolis RJ: Vozes, 2017. cap.2.

¹² DROYSEN, op. cit., p.76.

uma “verdade” que pode ser comprovada.¹³ Em geral, o conhecimento científico tem o objetivo de abrir espaços de atuação do homem no mundo com mais segurança e certezas, que, no caso das ciências humanas, busca tratar de um espaço de experiência no mundo social para resolução de suas contradições e desenvolvimento do mundo ético.

Destarte, a historiografia científica vem surgindo paulatinamente desde os eruditos do século XVI, com seus primeiros métodos de verificação e visões de trabalho, com os filólogos, filósofos ou teólogos, até o surgimento dos paradigmas que tornam o século XIX, o século da historiografia, pois estes abrangem as teorias, métodos de pesquisa, registro e grupos de historiadores organizados para a produção historiográfica.¹⁴ Dessa forma, a disciplina de Teoria e Metodologia da História I, propõe uma discussão abrangente acerca de tais ideias e discussões que levam os alunos ingressantes desta ciência a pensar de forma mais fundamentada os itinerários dessa grande invenção chamada História.

Positivismo

Ao se estabelecer como uma área de conhecimento científico no século XIX e, assim, tornar-se uma disciplina de ensino na mesma centúria, as questões teóricas e metodológicas no campo da História tendem refletir na forma como foi e é ensinada, visto que ensinar História, sobretudo atualmente, se constituiu em um desafio para professores, considerando sua abrangência, complexidade e as dificuldades dos alunos para com o estabelecimento de relações com tempos e épocas históricas. Dessa forma, a concepção positivista e da História marca, sobremaneira, o século XIX e caracteriza o ensino de História até a década de setenta.¹⁵ Propagou-se, enfaticamente, nesse período, a crença do desenvolvimento histórico como resultante da "ordem" e do "progresso", desdobrando-se numa linear sucessão de fatos, apresentando uma relação lógica de causas e efeitos. Dessa forma, tratar-se-á um pouco sobre o positivismo.

¹³ Em outras palavras: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” BLOCH, op.cit., p.65.

¹⁴ BARROS, op. cit., Cap.4.

¹⁵ PINSKY, J. (Org.) **O ensino de História e a criação do fato**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

Esse Pensamento nasceu em 1830, idealizada pelo francês Auguste Comte, pensada como fator de desenvolvimento social e político, visto desenvolver ideias que promovem uma espécie de doutrina para a promoção do progresso civil. Seu principal lema é “Ordem e Progresso”, na busca por leis gerais para a humanidade.

Comte, dito pai da sociologia, viu uma necessidade em dar a História um método específico, uma física social tão exata quantos as ciências naturais, ou seja, transformá-la em ciência; para ser ciência, deveria se utilizar de métodos de comprovação, já que até então, a história era compreendida como forma literária, filosófica e/ou teológica. Essa mesma filosofia comtiana trazia ainda uma afinidade pelo que seria universal, regendo como ciência o ofício dos historiadores metódicos, chamados de historiadores positivistas, anos mais tarde. O que seria o método da História ou a física social para o positivismo?

Para a filosofia positivista, ou sua física social, Comte buscou dar o mesmo caráter das ciências naturais/exatas. Desse modo, para chegar a uma necessidade por leis gerais – uma ordem específica que rege o desenvolvimento humano –, típico das ciências naturais, é necessário que se perceba a influência do Iluminismo, que prezava pela racionalidade e universalidade sobre um padrão. Deste modo, as ciências naturais por si, tiveram uma forte influência do iluminismo no seu desenvolvimento, e, durante tempos, os homens se preocuparam com a comprovação do mundo através natureza, de modo que em algum momento, começaram a se preocupar não somente na explicação dos eventos externos, mas na sua própria explicação. Se as ciências naturais tinham “leis gerais”, por que o homem, fruto da natureza, não teria? Os estudos teóricos posteriores, assim como outros intelectuais do século XVIII previam e provaram que a explicação por “leis gerais” para a humanidade – a qual a história ou a física social se preocupariam – não foi coerente, visto que à medida que se buscava por essa exatidão nas sociedades, mais se achava especificidades do que um padrão. Por isso, uma possível regra geral seria a da relatividade humana. Assim como nenhuma sociedade se desenvolve de forma igualitária – nas suas instâncias políticas, culturais, sociais –, nenhum ser humano dentro de uma comunidade específica é igual historicamente e psicologicamente – por mais que sejam parecidos por sua cultura ou suas ideologias, e

alguns outros fatores. Aliás, se para as ciências naturais poderia haver algumas exceções nas leis visto que, nas ciências humanas, haveria muito mais exceções do que leis.¹⁶

O positivismo se torna um movimento conservador do iluminismo, e, além disso, ele se apropria do lema do iluminismo de “progresso” e o impõe a uma “ordem”. Logo após a Revolução Francesa, a burguesia que acabara de chegar ao poder se apropriou dessa nova filosofia para barrar o avanço revolucionário do proletariado em busca de melhores condições de vida. Não obstante, a classe burguesa se aproveitou da revolução para derrubar os governos aristocráticos e monárquicos visando ascender a uma nova classe social dominante. Portanto, o positivismo buscava frear a sociedade pós-revolucionária iluminista, para manter a ordem burguesa vigente.¹⁷ Contudo, como se aplicaria esse lema a prática historiográfica como ciência? Quais então seriam essas as leis que explicariam o homem? Tendo em vista a objetividade, o método e as abordagens utilizados nas ciências naturais, para uma ciência humana, têm-se a ordem, a lei e o universal.

De tal modo, as ciências naturais se mostram prováveis por método exato, e, há ainda, como obter controle dos objetos de estudo e suas variáveis, permitindo que o cientista tenha, em suas pesquisas, avanços exatos e comprovados. Igualmente, uma “ordem” daria sentido a um “progresso” da ciência exata. Diante disso, o “progresso” seria o caminho percorrido pelo homem em direção a sua evolução e a “ordem”, como o caminho é determinado, um desenvolvimento linear. Entretanto, estes são dois conceitos vagos se não situados no seu devido lugar.

Ao se falar em progresso, imagina-se uma linha evolutiva. Na medida em que o cientista moderno estuda a evolução humana, no seu sentido biológico e, ele percebe que, em sua perspectiva, houve de fato um progresso numa perspectiva darwinista, de uma “evolução” desde os mais antigos primatas até o homo sapiens; do mesmo modo que os religiosos medievais julgaram como “pagãos” os povos nórdicos – considerando-se superiores a eles e na obrigação de trazê-los na direção do cristianismo, entendido como um processo civilizatório; ou quando o homem europeu chegou às Américas e se deparou com os povos nativos, culturalmente “atrasados” a partir de suas perspectivas;

¹⁶ D’CARMO, Paul. **Sociologia e sociedade pós industrial**: uma introdução. Paulus, 2007. p.19.

¹⁷ BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis RJ: Vozes, vol. 2, 2011. p.93-94.

ou, por fim, como o homem contemporâneo há de achar naturalmente que, em questões tecnológicas, é mais evoluído que o homem moderno e antigo, portanto, sente-se uma progressão nas formas tecnológicas.

De qualquer forma, em suas diferentes abordagens, temos uma mudança significativa de algo que é considerado como progresso – mesmo que em alguns exemplos não respeite a alteridade, as condições temporais, espaciais e materiais –, o mesmo é buscado na filosofia Comtiana. O melhor exemplo para definir esse progresso é a sua “lei dos três Estados” nas suas obras sobre “O Curso da filosofia positiva” – teológico, metafísico e positivo.¹⁸ Os três Estados são referentes ao progresso do conhecimento humano, no que rege sua história, é claro, por uma perspectiva eurocêntrica já que, do mesmo modo, as formas de conhecimento eram consideradas superior ao do mundo oriental, mesmo que tenham sofrido muita influência deste, assim como era generalizante por não abarcar os processos micros.

Portanto, percebe-se que uma das características deste conceito é a pura exaltação do mundo europeu como exemplo a ser seguido em todas as estruturas sociais – cultural, social, política e econômica –, em vista que foram destinados a guiar a existência humana rumo ao progresso linear. Entretanto, para o contexto em questão, o lema de progresso foi ressignificado para barrar os movimentos políticos revolucionários contra a burguesia, para espalhar a ideia de naturalização do movimento do progresso e deixá-lo unicamente relacionado a tudo que é tecnológico, mesmo podendo ser pensado em várias instâncias;

A reinterpretação do Progresso exclusivamente em função de avanços da tecnologia seria a chave para explicar esta despolitização que a burguesia industrial agora buscava impor às classes trabalhadoras. De um lado, a crença de que a humanidade avança inexoravelmente para um mundo melhor, a partir dos progressos tecnológicos que vão acontecendo naturalmente, convidaria a que se refreasse o ímpeto revolucionário e autorizaria os seres humanos pertencentes às classes menos favorecidas a ‘esperarem as coisas acontecerem’; de outro lado, o culto ao Progresso – na verdade um ‘progresso tecnológico’ – oculta o fato de que este tipo de progresso não vem acompanhado necessariamente de progresso nas relações sociais, na ética, na espiritualidade, na busca da supressão da desigualdade humana.¹⁹

¹⁸ BOURDÉ. Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2018. p.101-102.

¹⁹ BARROS, op. cit., p.93.

Nesse sentido, a Ordem se mostraria como a lei geral da sociedade que seriam reconhecidas pelo físico social, e que poderiam reger, naturalizar, no contexto em questão, a estratificação da sociedade. Teorias como a superioridade de raças e dominância de sexos, pois é o “caminho natural” das coisas para alcançar o progresso, exemplo disso seria o próprio darwinismo social, o qual aborda que o homem branco europeu é “naturalmente” mais desenvolvido que os outros – negros, indígenas, asiáticos, etc. Assim, seria possível frear o “ímpeto revolucionário”, pois o progresso não pararia, mantendo assim a ordem burguesa vigente. A ordem visa manter um padrão social com base nos produtores deste padrão, conservando o curso da vida europeia. Desse modo, a estática social, ordem, conduz a dinâmica das sociedades, progresso.²⁰

Além do mais, um progresso tecnológico seguido da ordem conservadora da sociedade foi extremamente prejudicial ao mundo no século XX, um movimento científico que beneficia, socialmente, a poucos através da justificativa da nova física social, a Ciência e Filosofia Positiva, ou, como diria Michel Foucault mais tarde, sobre os sistemas de exclusão dos discursos em “A Ordem do Discurso”: as grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas vontades de verdade.²¹ Desse modo, entende-se que, por mais que o saber seja poder, o poder – dos dominantes – pode de tal modo determinar saberes.

Posteriormente, surgiria na segunda metade do século XIX a Escola Metódica francesa que se responsabilizaria, ainda, com a história ciência, se distanciando dos filósofos historiadores eruditos da primeira metade do século XIX e século XVIII, mas que destes, entre outros eruditos, tomou como empréstimo métodos para o tratamento das fontes.²² Desse modo, os historiadores procuravam um modo de escrever uma historiografia objetiva, reconstruir um passado intacto, sem influências do presente, e se distanciar do recorrente “ouvi dizer”; portanto, a historiografia metódica, transformaria a história em uma ciência “provável”, com vistas a discutir as relações sociais de seu tempo, política, religião e economia por exemplo.²³ Além disso, a escola

²⁰ BOURDÉ; MARTIN, op. cit., p.102-103.

²¹ FOUCAULT. **A Ordem do Discurso**. SP: Loyola, nº.5, 1996. p.15-16.

²² BOURDÉ; MARTIN, op. cit., p.115-116.

²³ Ibidem. p.115-116.

metódica se distanciou do curso positivista comtiano para o que seria universal e único – uma filosofia da história –, à uma historiografia científica que pudesse tratar, estritamente, a história da vida política do homem e mais propriamente da França, já devido ao diálogo com a historiografia alemã de Leopold Von Ranke da primeira metade do século XIX, como expressa Monod no seu manifesto para a *Revue historique*,²⁴ sobre a exclusão de generalizações vagas, métodos e caráter estritamente científico, a fim de que o historiador deveria se manter neutro, a ponto de simplesmente narrar os fatos tais como aconteceram, logo, a ciência histórica teria uma “ordem” no método e produção valorizando a instância política, e o progresso metódico científico.

Ao pesquisar sobre seu objeto, as fontes falariam por si próprias e em momento algum o historiador poderia interpretar suas fontes ou utilizar de método crítico mais aprofundado para não infectar o documento com concepções do presente, sendo estritamente empíricos, apenas buscando a veracidade do documento, com as técnicas até então existentes, sem cair no erro de narrar um documento falso, como muitos já fizeram.

Vale lembrar o que os documentos, neste momento, eram qualquer registro escrito, principalmente se fosse referente às questões políticas no sentido institucional, concepção que só viria a mudar com a Escola dos Annales que se distanciava da história política, aquela que trataria dos sujeitos singulares, pois “até então fora impossível imaginar o termo sem um sujeito – a história se referia a Carlos Magno, a França e etc.”.²⁵ Contudo, uma de suas maiores contribuições se deu ao acervo de fontes para a historiografia, já que deveria se ter o documento para poder descrevê-lo. Sofrendo também influência do paradigma alemão – o Historicismo – com a crítica documental, abordagem nacionalista, e narração dos fatos, que apresentou equívocos sobre essa produção, como será trabalhado a seguir. Desse modo, os historiadores positivistas contaram apenas a história política, das figuras importantes, ou seja, a história dos vencedores, determinados visivelmente pelo nome, raça, sexo, religião, classe social; pois aqueles que nunca se perguntaram, a título de exemplo, o porquê de sempre se estar do lado dos guerreiros cristãos nas cruzadas, quando se estuda sobre tal conteúdo,

²⁴ Ibid. p. 195-197.

²⁵ KOSELLECK, op. cit., p.171.

ainda como secundaristas, prova a extensão da historiografia dita positivista quando sempre se fica do lado dos “vencedores”, se olhar, criticamente, para a história dos “perdedores”.

Historicismo

Para além do positivismo, o historicismo surge na Alemanha durante todo o século XIX, tendo muita influência até pouco antes da segunda grande guerra. Apropriando-se da filosofia iluminista, e de seu impacto intelectual na Revolução Francesa, o paradigma historicista surge em função dos Estados Nacionais, buscando manter os aristocratas no poder – famosos déspotas esclarecidos –, mas também em trazer mudanças passivas para manter longe da Alemanha os perigos da revolução.

O Historicismo se mostra, por um determinado tempo, como uma vertente conservadora como o positivismo, contudo, este paradigma está mais vinculado à exaltação do Estado e sua história, relativa, singular e nacionalistas; aspectos que vão ser compartilhados com a Escola Metódica francesa, posteriormente. Enquanto no pensamento positivista de Comte, que vai privilegiar o progresso das elites em prol da desigualdade social e permitir ascensão das mesmas como se fosse algo natural, o historicismo realçará a identidade e o nacionalismo através da historiografia, entendido pelo avanço em amor à nação e seus processos históricos, e não uma reconciliação baseada na ciência e a justificativa natural da sociedade. Nesse sentido, são os Estados alemães que “financiam” a historiografia historicista para sua legitimidade, enquanto no positivismo francês parte ainda da ideia de escrever uma história universal, que também privilegia os nomes, locais e raças como modelos a serem alcançados na perspectiva progressista, de viés conservador pensado a partir de uma burguesia. Assim como o positivismo, essa corrente retém o progresso iluminista, visando a não enfrentar um "processo" revolucionário tal como ocorridos na França, mas também visando a uma ordem Nacional, já que o território alemão se mostrava altamente fragmentado, como Friedrich Hegel já buscava realçar em sua filosofia. Desse modo, ressalta-se um nacionalismo pela reunificação alemã e um progresso para a nação, ainda com

interesses na mesma ordem do positivismo. Vale ressaltar que as comparações feitas são a título de compreensão neste momento.²⁶

Além disso, por mais que essa corrente paradigmática tenha sido reconhecida como pouco posterior ao positivismo, em sua área relativista, já vinha desde meados do século XVIII absorvendo ideias, com o exemplo dos historiadores romancistas,²⁷ até seu rompimento em relação ao positivismo e seu caráter universalista – segunda metade do século XIX. Contudo, seu principal objetivo era a história nacional, e aqui, já se entendia que cada sociedade se desenvolvia de uma maneira única e que, diferente do positivismo, não se poderia buscar por leis gerais às suas historicidades. Como anteriormente citado, seu primeiro grande nome foi o teórico Leopold Von Ranke que privilegiava o empirismo na abordagem da história.²⁸ Portanto, a história era pensada como relativa e única de cada nação, uma história nacional. O historicismo trazia a ideia de que realidades diferentes, seja em espaço ou tempo, devem seguir critérios de análises próprias a elas.²⁹ De tal modo, tudo deve ser entendido no seu espaço e no seu tempo, e não há uma única história progressiva da vida humana, mas diversas histórias particulares, onde assim se desfazia do determinismo filosófico e especulativo, abordando a história de maneira objetiva e científica, portanto, positiva. Aliás, é importante notar o que os historiadores consideravam como fontes naquele momento; enquanto a escola metódica valorizava as fontes escritas, puramente de indícios políticos, os historicistas valorizaram outras fontes como, no século XVIII, as fontes ditas orais – uma certa história do tempo presente, por seu caráter nacionalista –, as testemunhas oculares em geral.³⁰

É preciso ressaltar que quando se fala dos paradigmas positivista e historicista, leva-se em conta modelos contrários de pensar História no que se refere às suas visões para o particular e o universal. Igualmente, não há como comparar a historiografia “positivista”, da escola metódica, com a historicista, já que mesmo os metódicos

²⁶ BARROS, op. cit., p.107-108.

²⁷ Ibid. p.111.

²⁸ BOURDÉ; MARTIN, op. cit., p.188-194.

²⁹ BARROS, op. cit., p.108-109.

³⁰ Ibid. p.118.

trouxeram um pouco da escola alemã e do pensamento rankeano, ao se apropriar, também, de alguns aspectos do pensamento positivista.

Como grande contribuição, os historicistas começaram a se perguntar sobre o caráter subjetivo do historiador. É fato que para os pensadores do século XIX havia um curso objetivo da vida humana, ao longo da cultura europeia buscava-se registrar a vida de modo objetivo, mesmo entendendo que os desenvolvimentos são particulares às condições temporais e espaciais, cabendo ao historiador, segundo Ranke, descobrir o que se passou de fato.³¹ Além disso, é notável que para os primeiros historicistas, mesmo reconhecendo a necessidade de estudar o particular, os setores institucionais foram particularizados. Ou seja, estes escreviam a história da nação em sua instância política, que foi privilegiada para exaltar os Estados nacionais.

Além disso, o historicismo traz consigo uma narração histórica baseada numa interpretação e crítica das fontes, ele não narra mais os fatos tais como aconteceram – já que seria impossível, visto que o passado se apresenta fragmentado em fontes. Com isso, a historiografia preocupava em não deixar que as fontes falassem por si,³² de modo que o historiador, após um estudo crítico, produzia uma narrativa que problematizava tais questões, em que as fontes – que foram interrogadas sob um método específico – e, a partir dos fatos estudados, acrescentavam sua interpretação e crítica, como já escreveria Droysen sobre os modos de exposição historiográfica.³³ A crítica de fontes é um dos aspectos herdados dos eruditos setecentistas, e é, já no realismo,³⁴ muito significativo para o historicismo, enquanto o historiador positivista se preocupava em extrair "o fato puro" das fontes, reproduzindo-o meramente. Os historicistas buscavam ir além, considerando a subjetividade de quem escreve a fonte.³⁵

Ainda, por sua subjetividade, o historiador também será visto como um agente social, característica negada pelo positivismo e os primeiros momentos do historicismo, já que o indivíduo deveria ser, em seu ofício, puramente objetivo. Em síntese, o

³¹ BOURDÉ; MARTIN, op. cit., p.190.

³² BARROS, op. cit., p.122-123.

³³ DROYSEN, op. cit., p.77-87.

³⁴ Realismo é a primeira fase do historicismo, antecessora ao relativismo, que tem como um dos grandes nomes Leopold Von Ranke.

³⁵ BARROS. op. cit., p.138-139.

historiador não teria local de fala crítica, e sim, um local de fala na legitimação das instituições e dos governantes, aspectos que foram muito exaltados pelos metódicos, tanto na produção historiográfica quanto no ensino de história no século XIX – tendo em vista seu caráter nacionalista –, já que estes foram totalmente influentes na grade curricular das escolas alemãs, assim como os historiadores positivistas na França.³⁶ Aliás, a objetividade significaria, para o historiador, o papel de agente do Estado, ou seja, seu legitimador; não haveria imparcialidade, ou objetividade, somente tornaria uma verdade de algo e alguém visível.

Contudo, entre os historiadores da escola alemã e francesa, a subjetividade era outra na abordagem do objeto de estudo, ou seja, entender o lugar de quem constrói o documento histórico, o homem do passado,³⁷ ora sobre o historiador, ora sobre os homens que este estuda. Mesmo que os historiadores da escola francesa tenham se apropriado de diversos saberes alemães sobre o ofício do historiador, principalmente na concepção de Ranke, segundo Martin estes ainda sim levaram “ao pé da letra”³⁸. Desse modo, Droysen, historicista do século XIX que fora esquecido por muitos do século XX, já expressava os possíveis modos de exposição da pesquisa historiográfica – exposição interrogativa, narrativa, didática e discursiva –, que serão apresentas um pouco mais, além dessa simples narrativa;

A exposição narrativa apresenta o assunto pesquisado como sendo uma sequência de fatos segundo a mimese de seu devir: ela configura, partindo da investigação, um quadro da gênese do assunto tratado pela pesquisa. Aqui é somente de modo aparente que os ‘fatos’ falam por si, sozinhos, exclusivamente, ‘objetivamente’. Eles seriam mudos sem o narrador que os deixa falar. Não é a ‘objetividade’ que é a melhor glória do historiador. Sua maior justiça é buscar compreender. A exposição narrativa existe de quatro maneiras possíveis: {pragmática, monográfica, biográfica e catastrófica}.³⁹

Também ainda decorrente da historicidade do objeto de estudo e historiador, a formação de uma consciência histórica que já viria desde os mais conservadores. Foram historiadores como Droysen e Dilthey que deram entrada à vertente relativista do historicismo, distanciando-se da vertente rankeana, já em meados do século XIX, e com ela, a formulação de

³⁶ BOURDÉ; MARTIN, op. cit., p.189-191.

³⁷ BARROS, op. cit., p.117.

³⁸ BOURDÉ; MARTIN, op. cit., p.191.

³⁹ DROYSEN, op. cit., p.80-81.

toda a subjetividade e a consciência histórica.⁴⁰ Desse modo, a objetividade, segundo Droysen, de nada seria útil na construção do conhecimento historiográfico:

Eu considero este modo [o fato de se conceber como primorosa uma escrita da história sem qualquer perspectiva] como de uma parcialidade eunuca; e se a imparcialidade e a verdade históricas consistem nesse modo de observar as coisas, então os melhores historiadores são os piores, e os piores, os melhores. Eu não aspiro sendo, nem mais nem menos, a deixar à mostra a verdade relativa ao meu ponto de vista. Quero mostrar como minha pátria, minhas convicções políticas e religiosas, meu estudo sistemático me permitiram chegar a este ponto de vista. É preciso que o historiador tenha a coragem de reconhecer estas limitações, e se consolar com o fato de que o limitado e o particular são mais ricos que o comum e o geral. Com isso, a imparcialidade objetiva, a atitude não tendenciosa do tão louvado ponto de vista de fora e acima das coisas, tal como recomenda Wachsmuth em sua teoria da história, é para mim desumana. Humano, para mim, é ser parcial.⁴¹

Outra herança marcante do historicismo seria a necessidade de estar repensando a história como ciência, já que ela serve unicamente ao tempo em que é pensada, e esse pensamento se opunha ao modo de ver a história nos momentos anteriores, e por isso há uma necessidade de se repensar a história, visto que ela é influenciada pelo tempo e os interesses dos sujeitos existentes e era percebida por alguns historiadores franceses da escola metódica, como a relatividade histórica, distanciando-se também do paradigma positivista.⁴²

As vertentes do historicismo são: historicismo realista e relativista. O historicismo realista, vertente mais conservadora, tem base nas contribuições de Ranke, como já afirmado, contribui para construção da historiografia da escola metódica. No que concerne à corrente relativista, esta será reconhecida a partir da segunda parte do século XIX e vai ser alvo de sua autocrítica e da consciência subjetiva do historiador. Portanto, já no final do século XIX, era possível ver que a objetividade do pensamento histórico havia desaparecido para dar lugar ao relativismo e às subjetividades dos sujeitos na reconstituição da realidade histórica. Assim como as novas teorias que proporcionaram novos métodos historiográficos para a História historicista e a identidade do historiador como agente social, subjetivo e ativo como qualquer outro

⁴⁰ BARROS. op. cit., p.144-145.

⁴¹ ibidem.

⁴² Ibid. p.146-151.

membro da sociedade, proporcionando também a repensar a história e historiadores, a consciência de seu movimento histórico involuntário a todos.⁴³

Marxismo e o Materialismo Histórico dialético

Assim como outras correntes historiográficas, o Materialismo Histórico dialético começou a ser pensado e teve grande influência no final da primeira metade do século XIX, em plena ascensão do capitalismo e pós-revolução industrial na Europa. Além disso, gerando grande influência sobre este paradigma a crescente ascensão do proletariado – como produtor da força de mudança histórica, as massas, segundo Marx em “O Manifesto do Partido Comunista” – e a “queda” dos poderes absolutistas na Europa:

Todos os movimentos históricos precedentes foram movimentos minoritários, ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento consciente e independente da imensa maioria, em proveito da imensa maioria. O proletariado, a camada inferior da nossa sociedade, não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial.⁴⁴

Em meio a revolução industrial que se espalhava por boa parte da Europa, assim como uma dominação da burguesia industrial e das novas relações de produção, o proletariado, classe dominada e força produtiva, encontrava-se em uma situação cada vez mais deplorável e desumana em função do sistema de exploração do trabalho. Para Marx, é o proletariado quem move a história em seus períodos de contradição, e ali, a burguesia, classe que havia ascendido durante os fins da Idade Média, se aproveitava de sua força para se manter no poder, assim como usaram de sua força para chegar a este:

Em geral, os choques entre as classes da velha sociedade favorecem de diversas maneiras o desenvolvimento do proletariado. A burguesia vive em guerra perpétua: primeiramente com a aristocracia; mais tarde com os setores da própria burguesia cujos interesses entraram em conflito com os progressos da indústria; em todas as épocas, com a burguesia dos países estrangeiros. Nessas lutas vê-se obrigada a apelar para o proletariado, em busca de auxílio, arrastando-o para a arena.⁴⁵

Para tanto, segundo Marx, a história, baseada na luta de classes, se encontra mais uma vez diluída em contradições entre as forças produtivas e relações de produção, cada vez menos fragmentada em dominantes e dominados, ou seja, a

⁴³ IBID. *passim*.

⁴⁴ MARX. O manifesto do partido comunista. Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003. p.36.

⁴⁵ *Ibid.* p.34.

burguesia e o proletariado. Aplica a história da luta de classes, a história dos modos de produção como regentes da “evolução” social humana; o homem se desenvolve através dos meios materiais que produz e deles é produto, mas que “só tem sentido nas esferas econômico, político e social”.⁴⁶

O Marxismo surge com o objetivo de romper com os modelos pré-existentes abrangendo a historicidade das contradições existentes e da superação delas.⁴⁷ Aqui, o paradigma marxista se difere dos anteriores, mesmo que o período e espaço que os separam sejam pequenos, por um ponto muito específico, a história social, contribuiu também para a formação de um campo teórico nas outras áreas das ciências humanas. Ou seja, enquanto o positivismo se preocupava unicamente com uma ciência humana que tratasse do desenvolvimento universal, leis gerais que regessem esse mundo, e, na mesma medida, o historicismo com interesses políticos exclusivos para a história, tratando de conservá-lo, o materialismo histórico deu uma nova visão a essa ciência em ascensão, visto que, agora, de uma história voltada às massas. Contudo, apesar de terem objetivos diferentes, essas duas correntes paradigmáticas seguem uma linha de raciocínio um tanto similar – Materialismo e Positivismo –, que acabaram por influenciar alguns equívocos que incomodaram os primeiros marxistas.

É claro que se deve entender a diferença entre marxismo e materialismo histórico para a historiografia. Em um campo teórico, pode-se entender o segundo como, com toda sua teoria da história, com conceitos, abordagens e métodos, e, para além disso, o marxismo como campo de atuação política, na perspectiva da práxis, ou seja, como paradigma, o materialismo histórico situa o campo de atuação política, de modo que venha a unir teoria e prática social que é uma contribuição para a historiografia desse momento, assim como o papel de agente social/político do historiador, já que para Marx: os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de diferentes formas; trata-se agora de transformá-lo.⁴⁸

Os filósofos, ao desvelarem o mundo humano, não fizeram nada além de conservá-lo em seus conceitos e pensamentos, até então guiados por uma razão, fruto de um desenvolvimento histórico, de raízes ditas irracionais e lógica de seu tempo, suas

⁴⁶ D’CARMO, *op. cit.*, p.43.

⁴⁷ *Ibidem.*

⁴⁸ *Ibidem.*

perspectivas – o homem contemporâneo também não está abstraído disso. O Materialismo ao reescrever a história, em seu ponto de vista teórico, nos mostra a dimensão do processo de dominação, alertando o funcionamento histórico. O marxismo entra então como proposição de atuação política social, para transformação deste, e então surgem os conceitos como comunismo e socialismo, por exemplo, para a transformação do mundo e como horizonte a. Assim, para o marxismo, o comunismo seria o fim determinado do desenvolvimento humano social, em um ponto linear, portanto teleológico, que aconteceria com a superação da sociedade de classes.⁴⁹

Os fundadores desse paradigma se baseiam na perspectiva de Hegel, no século anterior, da dialética⁵⁰ idealista⁵¹ – conceito que já fora formulado na antiguidade grega –, fundamento este que tem os conceitos de tese, antítese e síntese como norteadores. Desse modo, para Hegel, o universo está em constante movimento – tese –, seja em aspectos naturais ou sociais, e esse movimento gera uma contradição a si – antítese –, e, como resultado desse conflito entre os dois primeiros, a totalidade – síntese.⁵² A síntese é o conjunto das contradições que o espírito tem até retornar a si, e conscientizar-se de si que continuará em um movimento dialético. A dialética de Hegel busca entender o progresso linear que guia o homem, entendendo como um conjunto de círculos que levam ao progresso. Como característica do iluminismo que via o progresso como algo linear e que se caminha nesse rumo, ao qual o homem está determinado. Ou seja, ele buscava, junto ao movimento iluminista, entender a linha do progresso que leva o homem ao fim, e, portanto, caminhar para este racionalmente.⁵³ Logo, em meio a vários pensamentos deste século sobre o materialismo, Marx e Engels começam a fazer uma análise mais aprofundada da história, aplicando o caráter materialista e histórico à dialética hegeliana, não mais idealista e metafísica. Além disso, eles não foram os únicos a pensar sobre essas questões, porém se destacam ao renovar, criar e recriar o campo paradigmático.

⁴⁹ Ibid. p.42,43.

⁵⁰ Dialética é o termo que se refere a um eterno movimento de contrários, que surge já com o grego Heráclito e é retomado por Hegel, e depois Marx.

⁵¹ BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**, v3, 2011; p.36.

⁵² BOURDÉ; MARTIN, op. cit., p.98-99.

⁵³ BARROS, op. cit., p.39.

A História marxista funciona baseada na luta de classes e modos de produção que explica todas as sociedades sob as estruturas “dominantes e dominados” assim como as “relações e forças de produção”, dentre outros diversos conceitos e fundamentos para o campo teórico que contribuíram para a atual historiografia. Este paradigma, como seu próprio nome diz, considera as relações dialéticas sociais e materiais, as quais as primeiras são frutos das segundas e sua totalidade é o que gera a história. A dialética Hegeliana é idealista, filosófica e de essência, ao falar do Espírito, considera este o ponto de partida do movimento universal, a tese de si mesmo, contudo, Marx entende que o "espírito" – espírito referente à consciência histórica constituída até neste momento – já seria algo como a antítese que é gerado a partir da tese, aquilo que é material, para uma comparação simples. Assim, ele entende que a consciência não determina o ser social, mas o ser social, a partir do mundo material e suas relações, produzem a consciência – o Espírito.⁵⁴ Logo, o homem se modela e se conhece a partir do meio material, das suas relações com este e seus iguais.

Destarte, o ponto de partida material em Marx, em um movimento dialético, gera os processos históricos. A dialética funciona no sentido de trocas – para a filosofia de outrora –, o homem, através de suas necessidades, encontra no meio material os modos de produção de sua existência, o conflito natural entre estes constrói sua história, em um movimento dialético “infinito”. Ou seja, este mesmo homem se encontra junto a outros que, igual a ele, tem meios de produção de sua vida material, portanto, diferentes histórias. A partir daí, sucedem-se diversas contradições, a partir do encontro do homem com novos meios de produção de sobrevivência, logo, movimento histórico começa com as relações dialéticas humanas, os modos de produção de sua existência, definido por suas forças produtivas e relações de produção, como eles produzem sua sobrevivência no meio material e como essas relações de produção geram o movimento histórico.

Contudo, ele não se limita a expor isso como regra natural, mas sim como um processo social que pode vir a ser mudado, e para isso servem os fundamentos do materialismo, historicidade e dialética. No campo paradigmático do materialismo

⁵⁴ “Não é a consciência dos homens que determina o ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência” Ibid. p.34-36.

histórico dialético, esses três conceitos são os formadores de toda a concepção do paradigma, e sem eles a compreensão das obras de Marx e Engels na formação dessa teoria da história é difusa e não procede como tal, sem esquecer da práxis para transformação deste.⁵⁵ Apesar da “oposição” ao positivismo em seu caráter geral e restrito para a história, tanto quanto seus interesses, o marxismo comete alguns equívocos – para quem faz uma leitura rápida e desentendida – quando homogeneiza uma história da humanidade baseada na luta de classes, numa tentativa de padronização de uma ordem geral às sociedades e um progresso contínuo, já que ele inclui, também estágios da evolução social, lembrando que a historicidade desses padrões é posta em jogo dentro desse paradigma.⁵⁶ Entretanto, para seus estudos do capitalismo inglês, os acervos de fontes se limitavam a uma única região.⁵⁷ Logo, o discurso teórico marxista se tornava “eurocêntrico” por ter uma visão limitada e generalizante do todo – à primeira vista, sob leituras limitadas do materialismo, é possível cair no erro de compará-lo ao positivismo –. Todavia, os marxistas fundadores confessam não ter intenções como a de achar regras gerais ou um evolucionismo social dos meios de produção, mas sim de transformar a sociedade no processo de um extinção das ferramentas de exploração da dominação capitalista dos meios de produção, fazendo-se necessários os principais conceitos – materialismo, historicidade e dialética –, tanto quanto um modelo teórico para o estudo das sociedades, ou seja, as obras de Marx e Engels não são reconhecidas por eles como obras científicas, são exercícios de exemplos e raciocínio.⁵⁸

Assim, a História tem então novos pontos de vista na teoria marxista. Para Marx, a história tem via dupla, de um lado a luta de classes, de outro os modos de produção. Ou seja, os modos de produção se sucedem, produzindo a vida social, e que no fim, gera sua própria contradição. Desse modo, ambas se relacionam, mas não são iguais, falando-se da instância social e econômica.⁵⁹

⁵⁵ Ibid. p.24-26.

⁵⁶ Podemos considerar como exemplo de padrão, os sucessivos modos de produção.

⁵⁷ D’CARMO, op. cit., p.43.

⁵⁸ BOURDÉ; MARTIN, op. cit., p.265-266.

⁵⁹ D’CARMO, op. cit., p.41.

Teoria no Ensino de História

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.⁶⁰

Ao se deparar com essa célebre frase do grande historiador Marc Bloch, observam-se sentimentos que, ao primeiro momento, não se consegue explicar, e acredita-se que todo graduando em História tenha essa mesma observação. Dentre eles, o principal, um sentimento de surpresa, pois lembra-se o motivo que trouxe, conscientemente, muitos a esse caminho que é o da ciência dos homens no tempo, segundo o próprio Bloch.

Há um questionamento frequente com essa frase, claro que nada há de original, sobre a consciência histórica, e, antes desta, da memória histórica proporcionada pelo ensino público de um passado mais recente, pois deste é tirada e realçada a completa ignorância do presente, a final: “história para que?”; seja de um passado mais distante, já que “só basta decorar”, e de que maneira se pode responder essa pergunta e refutar a afirmação? Ou melhor, o que sustenta essa consciência e memória histórica das massas sobre o ensino de história? Como ela tem se mostrado e quais suas consequências? O aluno aprendeu história ou só passou na disciplina, como muitos dos ingressos no ensino público fazem? E os questionamentos continuam sem fim, com diversas respostas.

Já foram os anos em que a ideia de reprodução pura dos fatos históricos predominava com os ditos dos positivistas e historicistas, em que o historiador já emanava o espírito, daquela noção popular, do “decorar”, afinal, ele não era um mero reprodutor de fatos e datas? Um empirista radical dos acontecimentos? E mesmo essa tendência perdendo a força durante o século XIX e XX nas produções historiográficas e nas academias, não cessou de se reproduzir, de algum modo, no ensino primário e secundário, leva-se em consideração o ensino no Brasil que muito herdou de uma historiografia positivista. No seu livro, *Ensino de História, fundamentos e métodos*, Circe Bittencourt⁶¹ traz uma outra abordagem para explicar, possivelmente, essa continuidade. No entanto, é importante pensar, antes de tudo, em quais são os

⁶⁰ BLOCH, op.cit., p.65.

⁶¹ BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História, fundamentos e métodos**. SP: Cortez, nº.2, 2008.

objetivos de aprender história para depois se debruçar na continuidade dessa concepção, no que se refere a ideia de disciplina escolar e científica.

O homem, inserido em um meio, produz sua existência, suas relações dialéticas e com este produzem, fatalmente, uma história. Portanto, tem a capacidade de refletir sobre sua história, a partir das condições de seu tempo. Diante disso, o sujeito começa a entrar em um espaço de experiência, para lembrar os conceitos de Koselleck,⁶² onde este “dominará” cada vez mais sua existência e sua vivência em sociedade, ora pois, quantas vezes já não se ouve a frase: “Devemos aprender com o passado para não o repetir”. Entende-se que essa frase mostra uma relação com a ideia de espaço de experiência, tendo em vista que, mesmo de maneira indireta, as relações humanas passam e repassam uma história e uma visão de mundo para seus sucessores – como, por exemplo, a cultura no seu aspecto mais místico ou religioso, ou mesmo a percepção de ação humana, uma visão social. Assim, historicamente, o “ensino de história” ou, melhor dizendo, o conhecimento histórico tem se pautado nas produções de identidade, de origens e dos controles de dominação pelas camadas dominantes da sociedade – os mais conservadores por sinal –, levando em conta o que seria reconhecido como história em determinados momentos da humanidade. Pode-se pensar na história religiosa ou dos estados nacionais como exemplo na história da historiografia, pois “naturalmente, uma nação, não se “constrói” nem se “legitima” caso o mesmo não seja feito com seus líderes, patronos e heróis”,⁶³ e assim, compreende-se também “os mitos de origem” pelos quais aprendem a viver e a enxergar o mundo no início da vida.

De tal modo, isto é perceptível ao longo deste artigo em relação aos paradigmas do historicismo e positivismo, naquela consciência histórica dos heróis, fatos e figuras a legitimação dos estados nacionais pelos setores dominantes, que também se apropriaram dos mitos de origem. Contudo, não se deixe limitar, pois esta também é resultado direto da aprendizagem formal ou informal do indivíduo – dentro ou fora da escola. “CONSCIÊNCIA HISTÓRICA é a expressão utilizada contemporaneamente para designar a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói, ao refletir

⁶² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. RJ: PUC-Rio, 2006. passim.

⁶³ MATHIAS KALMER, C. Leonardo. Ensino de história no Brasil, contextualização e abordagem historiográfica. **História Unisinos**, vol.15, nº1, jan/abr 2011. p.42.

sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência”,⁶⁴ nesse sentido, todo ser humano tem uma consciência histórica, porém ela não é definitiva. Parte tanto de si, quanto do contexto social, ou seja, como esse indivíduo se reconhece e onde ele se identifica.

O pensamento histórico é essencial para a consciência histórica, é ele quem situa o contexto social e mostra a desenvoltura deste, quem o indivíduo é no seu lugar e tempo. Além disso, ela é fruto da cultura histórica desse contexto, de modo que se tenha elementos comuns da consciência coletiva, sejam eles condizentes com o real ou frutos de um pensamento histórico de outros tempos ainda presos nesse contexto. A cultura histórica é a junção de elementos comuns da consciência histórica que também precisa dos elementos individuais e coletivos, e pode se entender esse espaço de experiência, através da consciência.

Portanto, ao refletir sobre aqueles paradigmas historiográficos com um pouco de historicidade – relacionada aos problemas e contradições históricas, um olhar crítico –, pode-se entender sua formação a partir de uma cultura histórica já existente desde um ensino cívico de todos os precursores dos paradigmas. Logo, deve-se olhar com outros olhos para o ensino dos séculos passados, ou melhor, tratar-se do ensino de história de modo a compreender a influência destes nos modos de pensar em uma história com pretensões científicas. Por exemplo, é comum ver durante uma breve leitura da biografia dos principais nomes do livro *Escolas Históricas*, de Guy Bourdê e Hervé Martin, o ensino escolar dos personagens históricos tem algo de muito em comum, o ensino dos conhecimentos da elite e/ou ensino sob as premissas religiosas, e que refletem comumente nos seus modos de ver o mundo durante seu ofício a posteriori, dentro das próprias concepções de sua época. Ou seja, no próprio entorno de uma cultura histórica se construíram aqueles que tratariam de legitimar os fazeres e saberes pedagógicos já existentes, com a constituição das academias. Além disso, é importante lembrar que, uma vez constituídas as academias, influências dialéticas entre esta e a escola são postas em jogo, embora a noção de que as academias como lugares de domínio do saber erudito tenham sido exaltadas em relação às escolas de nível básico

⁶⁴ D'MORAES FERREIRA, Marieta; DIAS D'OLIVEIRA, M. Maria. **Dicionário de ensino de História**. RJ: FGV Editora, 2019. p.55-57.

e secundário. Desse modo, uma visão muito corriqueira atualmente é a hierarquia entre disciplina científica – das academias, que são descendentes das academias eruditas – e escolar, na qual, por um senso comum, muitos licenciados têm a função de repassar parte do que aprendem na academia de maneira mais fácil e “simples”, a famosa transposição didática, o que torna o ambiente de ensino escolar “inferior” ao ambiente acadêmico.⁶⁵ Logo, a escola é quem instrumentaliza os ramos da ciência didaticamente, ou seja, é responsável por formar pessoas que devem servir a um meio social a partir do conhecimento produzido por este meio, contudo, deve mediar os saberes de cientistas para os jovens ali formados através dos professores. A transposição didática é uma tradução do conhecimento científico para os jovens cidadãos.⁶⁶

Circe Bittencourt, citando CHERVEL, aborda, historicamente, a ideia de disciplina escolar como campo autônomo:

André Chervel (...) sustenta que a disciplina escolar deve ser estudada historicamente, contextualizando o papel exercido pela escola em cada momento histórico. Ao defender a disciplina escolar como entidade epistemológica relativamente autônoma, esse pesquisador considera as relações de poder intrínsecas à escola. É preciso deslocar o acento das decisões, das influências e de legitimações exteriores à escola, inserindo o conhecimento por ela produzido no interior de uma cultura escolar. As disciplinas escolares formam-se no interior dessa cultura, tendo objetivos próprios e muitas vezes irredutíveis aos das ‘ciências de referência’ (...).⁶⁷

A disciplina, a partir de sua formação histórica, pode se situar também como campo de conhecimento autônomo, sem necessariamente uma transposição didática com suas finalidades para a vida comum de determinado meio, sem precisar ser das academias. Todavia, Bittencourt aborda críticas sobre a percepção da transposição didática, uma delas é no papel da manutenção das desigualdades sociais:

O estudo das disciplinas escolares tem-se mostrado necessário para a compreensão do papel da escola na divisão de classes e na manutenção de privilégios de determinados setores da sociedade. As críticas à ‘transposição didática’ não se restringem, portanto, ao estatuto epistemológico das disciplinas escolares, mas incidem igualmente sobre o papel que tendem a desempenhar na manutenção das desigualdades sociais.⁶⁸

Além disso, tem também influência na constituição de uma disciplina científica, que se agregam os modos do fazer científico, ou antes, erudito;

⁶⁵ BITTENCOURT, op. cit., p.37-38.

⁶⁶ Ibid. p.37.

⁶⁷ Ibid. p.38.

⁶⁸ Ibid. p.38.

O historiador francês Henri Moniot, ao debruçar-se sobre a História enquanto disciplina escolar, pondera sobre suas especificidades e conclui que seu ensino, no fim do século XIX, assegurou a existência da História universitária. A divisão da História em grandes períodos – Antiguidade, Idade Média, Moderna e Contemporânea – criada para organizar os estudos históricos escolares, acabou por definir as divisões das ‘cadeiras’ ou disciplinas históricas universitárias assim como as especialidades dos historiadores em seus campos de pesquisa.⁶⁹

Não cessam os exemplos para situar esta afirmação. Pode-se ver, ao estudar os modos de ensino de história durante o século XIX e XX, na Alemanha e França, como o ensino era voltado para legitimar o estado nacional, saberes ligados diretamente a memória, grandes figuras e acontecimentos, em suma, já no ensino superior, tendo como resultado o ensino básico.⁷⁰ No que concerne à continuidade daquela percepção “decoreba” de nomes, datas e fatos, lembra-se que a historiografia científica foi produzida com essas concepções por muito tempo devido aos métodos de ensino que se refletiram reciprocamente. Além disso, deve-se ter em mente os interesses que levaram a produção dessa historiografia, afinal, cada momento histórico produz uma história sob seus parâmetros. Ademais, a transposição didática no ensino de história gera aquelas mesmas concepções já pensadas para a história dos sujeitos e acontecimentos, entretanto, como campo autônomo deveria produzir o mesmo, pois de tal modo, não seria repassado o conhecimento produzido nas academias e sim, produzido nas escolas esse próprio tipo de percepção da história. Os fatos se ligam e se modificam para que as vontades dominantes continuem se escondendo, entretanto o jogo continua com os mesmos truques, já que não se pode mesmo julgar o ensino atual de história com o dos séculos passados, pois há muito tempo que o ensino comum proporciona o entendimento que uns nasceram para trabalhar e uma elite específica deveria guiar todos os outros, governá-los.⁷¹

Em sala de aula, já é comum a pergunta “história pra quê?”, normalmente não seria problemático esse questionamento, já que poucos ligam ou já se acostumaram. Contudo, percebe-se também que um certo desprezo pela história, não é por ela em si, mas pela forma como é “transposta didaticamente”, pois não interessa para alunos

⁶⁹ Ibid. p.48.

⁷⁰ SILVA LIMA, Claudia. Os pressupostos de um debate: teoria, método e ensino de História. Grajaú/MA: **InterEspaço**, v.2, nº.6, maio/ago 2016. p.333.

⁷¹ BITTENCOURT, op. cit., p.64.

estudarem história, que por sinal, estão cheios de historicidade, pois não engloba o cotidiano do aluno na prática do ensino, tendo em vista a dificuldade enfrentada cotidianamente em sala de aula devido ao tempo, demanda de trabalho, alunos por sala, a desvalorização e ataques aos professores a seu ofício etc. Dentre os objetivos do atual ensino, além da identidade nacional, como já mencionada antes, e da compreensão da reciprocidade entre presente e passado, entram as identidades plurais e suas relações, em um sentido de formação de um cidadão político e crítico, sendo assim, a consciência histórica fundamental para esse papel social do indivíduo em seu meio. Essa é, portanto, a identidade histórica do indivíduo, única a ele e essencial para sua vida em sociedade, de modo que venha a poder contribuir politicamente com seu mundo ético, como disse Droysen.

No IV livro Montesquieu (1748 apud BENEVIDES, 1996. p.226) “estabelece uma relação indispensável entre o tipo de regime político e o sistema educacional. É impossível, diz ele, uma república sem educação republicana, assim como é impossível uma educação igualitária num regime que não seja igualitário”,⁷² com base nessa frase, qual a função do espírito crítico e político a ser ensinado na escola, principalmente pelo ensino de História – como as demais humanas – senão para a democracia? Apropriando-se do conhecimento recíproco entre passado e presente, junto a identidade nacional? São fatores do ensino de história que, quando relacionados, cumprem um papel muito maior na aprendizagem do aluno, mas que se separados, e muitas vezes excluídos, geram a principal problemática que se encontra o ensino público ou na memória coletiva sobre a disciplina de história, na manutenção das mazelas sociais, ou como diria Darcy Ribeiro: “a crise na educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”. Estes objetivos são reforçados pelas atividades de problematização, contextualização, atividades de reflexão própria com fontes e fatos, por fim, e escrita, como uma maneira de fazer o aluno produzir conhecimento, junto ao estímulo dos professores, e não ficar limitado a receber e reproduzir o conhecimento.⁷³

⁷² BENEVIDES. M. Victoria D’Mesquita. **Educação para a democracia**. Lua nova, nº 38, 1996. p.226.

⁷³ HERMETO, Miriam; PEREIRA, M. Henrique D’faria. O ensino de história entre trajetórias e epistemologias: o desafio cotidiano de articular teoria e prática na formação do professor de história. João Pessoa: **Seculum**, jul./dez. 2012; p.342.

Aliás, historiadores/docentes já se questionaram várias vezes: O historiador é um agente social ativo no seu presente? E por isso, por que não pensar que o professor historiador não seja também? Reflete-se cada vez mais que ser um professor de história não implica em passar conteúdos e provas, mas, antes de tudo, ensinar a ser um agente social. Pois um bom professor de matemática faz o aluno entender todas as operações, mesmo quando o aluno não consegue, ainda sim, obtém êxito pois soube pensar em outros meios para chegar ao resultado certo. Igualmente, o que seria um bom professor de biologia se não problematizasse, a má influência que sofre o mundo natural com o homem? ou que faça uma boa ponte entre o conhecimento da natureza e o mundo social? Um bom docente de história deve estimular os conhecimentos sobre sua área – Humanas –, ensinar a pensar, problematizar, dialogar presente e passado, ver de outros modos, mas também pesquisar sobre os problemas, enfim, ser um cidadão ativo e coerente para a vida em sociedade, e para isso, é necessário se apropriar da teoria em sala de aula para relacionar teoria e ensino. Desse modo, o aluno pode dialogar mais com outras visões de mundo, poderia mudar sua concepção em relação aos tempos passados, em relação aos acontecimentos. O discente deve reconhecer a importância de si, através da consciência do espírito proporcionada pelo conhecimento do meio histórico e sua percepção de espírito humano, de tempo, de atuação social, portanto ser um bom professor é ser um bom pesquisador, e um bom historiador deve, antes de tudo, ser um bom professor, pois ensina, antes de tudo, a ser um ser pensante, um cidadão democrático e ativo, já que tem meios para chegar a conclusões críticas da vida social.⁷⁴

Então, a luta se encontra na escola para com a sociedade, pode-se pensar nela como a desvalorização do professor e ensino, a exaltação do ensino produtivista, ou seja, aquele proposto para a economia e outras áreas diretamente ligadas à produção de capital, relações de poder, e em decorrência deste, as ideologias difundidas as massas historicamente, seja pelos meios de comunicação ou as famosas “bolhas sociais”.⁷⁵ Além disso, problemas encontrados ainda hoje no ensino público estão relacionados com a hierarquização de determinados conteúdos sobre outros. Assim, atualmente, encontra-

⁷⁴ SILVA LIMA, op. cit., p.335

⁷⁵ Ler SINGER, Paul. **Poder, política e educação**. Jan/Fev/Mar/Abr. 1996; no. 1.

se uma valorização do ensino da matemática e do português, antes de todas, e as demais exatas antes das humanas. De modo que as ciências humanas são muito resumidas, por conseguinte, desvalorizadas. Portanto, o indivíduo entra na escola com o objetivo de conhecer o mundo e usar os seus conhecimentos sobre ele, principalmente no que concerne às relações sociais, pois o passado sempre esteve presente, mas a percepção sobre ele está cada vez mais distante, à medida que se ignora constantemente. O ensino de história deve focar nesse passado, conectando-o ao presente, e assim tratar da história problema. Em outras palavras, repetimos: “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”.⁷⁶

Considerações finais

Analisa-se no artigo como a História tem se modelado como ciência e seus usos para com a sociedade e democracia, de modo que se utilize dela para construir a vida em sociedade naquilo que pode ser provado e estudado, mesmo que não se desvincule de tudo aquilo que não poderia. Logo, também, a suma importância da reformulação das percepções, tentando conciliar, a partir de uma concepção finalista, para que se voltem os olhares desse entendimento da história, ou seja, a vida humana a partir de sujeitos singulares ou coletivos e processos que estes passam. Ademais, como essa disciplina se volta como ciência, através de métodos e teorias e sua formulação.

É nesse contexto de surgimento das ciências que se lida com os primeiros paradigmas, os quais mostram que a história ganha um caráter científico em relação às maneiras em que seria pensada anteriormente. O Positivismo surge então querendo estudar o mundo humano a partir de pensamentos e uma consciência histórica que manteria esse mundo sob a dominação das elites burguesas, só no final do século XIX é que surgiria na França a escola metódica dita “positivista”. Ou seja, o positivismo cessa um pouco de ser pensado sob suas premissas no ramo da História, entretanto, para os metódicos, ainda seria pensada como uma ciência positiva e objetiva. Ademais, a escola metódica sofre muita influência dos historicistas nos seus fazeres, distanciando-se de

⁷⁶ BLOCH, op. cit., p.65.

Comte, em direção a Ranke, se distanciando da história universal para a história nacional. Além disso, esse paradigma trouxe um caráter científico para esse campo de conhecimento e sua produção, junto às demais ciências humanas, e não tem parado de se modificar desde então.

Dentro desse contexto, apresentam-se os grandes nomes que precederam ao movimento Historicista e que por muito tempo consideravam como um campo de conhecimento muito abrangente. Na produção do conhecimento historiográfico, alguns autores já consideravam a construção do sujeito histórico. Assim, uma característica que se perdeu durante o realismo foi a condição das fontes orais e as demais fontes possíveis, entretanto houve uma contribuição sobre a subjetividade dos objetos e daqueles que os estudavam. Mas, por muito tempo, manteve-se uma historiografia dominante ligada ao conhecimento político e a manutenção de hierarquias e grandes nomes.

No que diz respeito ao Materialismo Histórico Dialético, dá ao conhecimento histórico, novos ramos para a sua produção, enquanto nas produções ditas antes, se pensavam em sujeitos singulares, agora seria falado sobre sujeitos coletivos, as massas, o proletariado. Aqui, pode-se perceber a adesão à prática, ou à práxis, onde os sujeitos históricos veriam, junto ao historiador – que já fora realçado no historicismo –, o poder de mudança em suas mãos, do mesmo modo que ocorrera na Revolução Francesa ou mesmo as revoluções do proletariado. A História é vista, dentro desse campo teórico metodológico, em constante mudança, uma teoria social e da história seria então formulada para apreender todas as eras mais famosas da humanidade, conhecidas pelos modos de produção que estas geraram. Ademais, também deve-se entender que os sujeitos que pensaram sobre esses paradigmas estavam presos a concepções de seu tempo.

São perceptíveis traços de influências desses paradigmas no atual ensino de história brasileiro e da educação como força de manutenção das mazelas sociais, de modo que se ver um certo vínculo entre a “transposição didática” como reprodução de conhecimento acrítico, no ramo da história escolar, e aquela velha imagem do historiador reproduzidor de fatos e sujeitos singulares, e, em seguida, uma abordagem para observar, também como uma disciplina escolar pode ser autônoma no campo de

conhecimento em relação às academias, mesmo durante a constituição destas. Portanto, apreende-se como se sucedem os objetivos de ensino junto aos problemas em sala de aula, como tratar a produção do conhecimento histórico nesse ambiente como autônomo. O papel da educação é libertar, e é através dela e da História como campo de problematização que se criam espíritos livres, para pensar, falar, pesquisar e agir. A consciência histórica se formula de maneira firme para o discente, pois é através desses saberes que o espírito encontra e se reconhece no tempo. Desse modo, surge uma grande necessidade de se reformular toda a estrutura do ensino e mesmo das relações escolares entre os professores e alunos para uma produção e reprodução dos fazeres cidadãos e conhecimentos.